



CNPJ
09.769.035/0001-64



SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E DE 1999 - CAPITAL AUTORIZADO - R\$ 1.400.000.000,00 - CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO - R\$ 1.018.630.817,50

Senhores Acionistas:

A Diretoria da Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, apresenta o Relatório da administração e as Demonstrações Contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2000.

Relatório de Atividades

A gestão da Compesa no exercício de 2000 foi direcionada para a reestruturação organizacional da Empresa e o avanço nas ações de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgotos, através do Programas Águas de Pernambuco. Nesse contexto, a redução das despesas administrativas (corte de 60% do repasse do Plano de Saúde, extinção da estabilidade financeira, redução de 25% da frota de veículos locados e próprios, entre outros), a implantação de novos sistemas de controle interno (gestão dos contratos, centralização das licitações, implantação do programa de prevenção de riscos ambientais nos sistemas de água e esgotos, implantação do sistema informatizado de controle e redução de consumo de energia elétrica) e o saneamento financeiro (adesão ao REFIS, quitação do débito com a CELPE, negociação do débito com a COMPREV, confissão de dívida com o INSS, entre outros), permitiram destinar um maior volume de recursos nos investimentos requeridos pelos sistemas operacionais. No Programa Águas de Pernambuco (2ª etapa), utilizando recursos do contrato com a Caixa no montante de R\$ 138,4 milhões e de outras fontes externas (Prosanamento, PASS/BID, Proágua, Prodetur, KfW, além de recursos próprios), no total de R\$ 92,5 milhões, foi possível concluir 158 obras e 27 projetos, e contratar 153 obras e 43 projetos que se acham em andamento. Em processo de licitação, encontram-se outras 63 obras e 11 projetos. Dentre as realizações mais importantes encontram-se as Adutoras de Arcoverde, Sertânia, Verdejante e Santa

Filomena, as Adutoras de Transposição Ipojuca-Bituri, Carnevô, Bezerros e Gravatá, e trecho da Adutora de Jucuzinho, a operação da Adutora do Oeste, as Barragens de Poção, Taquaritinga, Quipapá/Lajedo, Timbaúba e Tabocas, a Barragem de Pirapama, o Sistema Várzea do Una, os Sistemas Adutores de poços de Guabiraba, Paratiba, Caetés, Cruz de Rebouças e Beberibe/Caixa D'água, os melhoramentos e ampliação das ETAs do Curado, Gurjaú, Afogados da Irgazeira, Bonança e Serra Talhada, além dos Sistemas de Esgotos de Garanhuns e dos Bairros do Pina e Tejiplô, em Recife. Merecem destaque ainda as ações de melhoria no atendimento do cliente, como a implantação da loja do Largo da Paz em Afogados e modernização da Loja da Rua da Aurora, 777 na Boa Vista. Desta forma, a Compesa demonstrou um efetivo avanço em sua reorganização administrativa e operacional, buscando a melhoria da qualidade da prestação dos serviços de saneamento à sociedade pernambucana.

Comparativo dos Resultados dos Exercícios 2000/1999

Indicadores Financeiros	2000	1999	Variação %
Receita Operacional	205.905	182.993	12,52
Despesa Operacional	215.916	216.841	(0,43)
Resultado Operacional	(10.011)	(33.847)	(70,42)
Margem de Despesa Operacional	1,049	1,185	(11,48)
Encargos Financeiros	32.302	38.214	(15,47)
Patrimônio Líquido	762.030	463.962	64,24
Prejuízo	(46.964)	(76.243)	(38,40)
Liquidez Corrente	2,25	0,47	378,72
Prejuízo por Ação	(1,999)	(4,598)	(56,52)

Observa-se que com as medidas de contenção de despesas adotadas desde o início da gestão, conseguiu-se reduzir o índice da margem de despesas operacionais em 11,48%, dos encargos financeiros em 15,47% e do prejuízo em 38,40%, baixando-se o resultado negativo por ação em 56,52%. Já o patrimônio líquido teve um incremento de 64,24% e o índice de liquidez corrente de 378,72%, justificados pela assunção e liquidação da dívida da CELPE pelo Governo do Estado, grande redução dos débitos federais devido a adesão ao Refis e renegociação do débito com a Comprev, alongando-o por 120 meses. Todos esses ajustes contribuíram para que a Receita Operacional da Compesa superasse a do exercício anterior em 12,52%.

No segundo semestre de 2000, apesar da irregularidade pluviométrica no interior do Estado, as principais barragens que abastecem o Recife e região metropolitana já haviam atingido o índice máximo de acumulação, o que contribuiu para que a oferta de água para a população pudesse ser melhorada. Tínhamos, portanto o produto a ofertar ao consumidor, entretanto o faturamento da empresa não era suficiente para quitação de suas despesas gerais e muito menos para investimentos com recursos próprios por menores que fossem esses empreendimentos, consequência de três anos sem reajuste tarifário, exigindo do governo aporte de recursos do Tesouro Estadual para investimentos em obras emergenciais e amortização de passivos. Buscando atender as necessidades operacionais da empresa, a diretoria com o apoio da Secretaria de Infraestrutura do Estado, conseguiu que as tarifas de água e esgotos fossem realinhadas em dezembro de 2000. Este fato, alinhado aos demonstrativos acima, permitem-nos vislumbrar para o exercício de 2001 um cenário bastante otimista, diferente daqueles vivenciados nos últimos anos.

Recife, 18 de abril de 2001

Pela Diretoria

Gustavo da Mata Pontual Sampaio

**BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(em reais)**

ATIVO	2000		1999		PASSIVO	2000		1999	
CIRCULANTE	197.470.601	160.218.845			CIRCULANTE	87.714.538	338.970.434		
Disponibilidades	9.150.048	4.348.475			Contas a Pagar	54.185.137	307.402.967		
Bens Numerários	1.074.891	608.653			Amortizações Vincendas de Financiamentos	4.068.805	2.351.120		
Depósitos Livres	1.775.942	686.529			Provisão para Contingências	19.365.668	18.989.013		
Depósitos Vinculados	3.483.419	1.249.670			Provisões para Férias	5.554.042	4.865.724		
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	2.815.796	1.803.623			Outros Valores Exigíveis a Curto Prazo	4.540.886	5.361.610		
Créditos, Direitos e Outros Valores Realizáveis	188.320.553	155.870.370			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	120.454.021	146.710.490		
Contas a Receber de Usuários	163.004.706	136.200.480			Créditos para Integraliz. de Aumento de Capital	0	78.212.400		
Créditos a Receber	16.714.150	10.759.640			Financiamentos Obtidos	49.027.675	45.713.170		
Valores e Bens	256.193	160.343			Provisões Diversas e Contas a Pagar	71.426.346	22.784.920		
Estoques para Operação	7.767.248	4.638.327			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	762.029.930	385.749.552		
Despesas do Exercício Seguinte	578.256	4.111.580			Capital Social	1.018.630.817	719.035.452		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	485.152	400.743			Reservas de Capital	954.002	358.285		
Empréstimos Compulsórios	418.375	385.206			Prejuízos Acumulados	(329.729.554)	(333.644.185)		
Outras Contas	66.777	15.537			Créditos para Integraliz. de Aumento de Capital	72.174.665	0		
PERMANENTE	772.242.736	710.810.888			TOTAL DO PASSIVO	970.198.489	871.430.476		
Investimentos	3.642.199	3.642.199							
Imobilizado	768.600.534	707.098.733							
Diferido	3	69.956							
TOTAL DO ATIVO	970.198.489	871.430.476							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(em reais)**

	2000	1999
RECEITAS OPERACIONAIS	205.905.131	182.993.941
De Serviços de Abastecimento D'água	160.395.138	143.647.658
De Serviços de Esgotos Sanitários	45.509.993	39.346.283
DESPESAS OPERACIONAIS	(215.915.714)	(216.840.541)
Operação e Manutenção	(174.375.202)	(177.963.279)
Comerciais	(16.127.904)	(11.143.255)
Administrativas	(16.720.076)	(20.770.475)
Tributárias	(8.692.532)	(6.963.532)
PREJUÍZO OPERAC. ANTES DOS ENC. FINANC.	(10.010.583)	(33.846.600)
Encargos Financeiros (Líquidos)	(32.302.268)	(38.214.237)
PREJUÍZO OPERAC. APÓS OS ENC. FINANC.	(42.312.851)	(72.060.837)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(4.651.200)	(4.181.685)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(46.964.051)	(76.242.522)
PREJUÍZO POR AÇÃO-MIL	(1,999)	(4,598)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(em reais)**

CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL AUXÍLIO PARA OBRAS	PREJUÍZO ACUMULADO	SUBTOTAL	ADIANT. P/ AUMENTO CAPITAL	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 1998	716.182.654	2.872.838	(257.401.662)	461.633.830	0	461.633.830
Aumento do Capital AGE/ 27.07.1999			0	0	0	0
- Com Reservas	2.872.798	(2.872.798)	0	358.245	0	358.245
Auxílio para Obras	0	358.245	0	0	0	358.245
Prejuízo do Exercício	0	0	(76.242.523)	(76.242.523)	0	(76.242.523)
Saldos em 31 de dezembro de 1999	719.035.452	358.285	(333.644.185)	385.749.552	0	385.749.552
Ajustes de Exercícios Anteriores			50.878.682	50.878.682	0	50.878.682
Aumentos do Capital : AGE/ 28/04/2000			0	0	0	0
- Auxílio para Obras	358.275	(358.275)	0	0	0	0
AGE/ 18.07.2000			0	78.212.371	(78.212.371)	0
- Com Créditos do Governo Estadual	78.212.371	0	0	221.024.719	(221.024.719)	0
AGE/ 11/09/2000			0	0	0	0
- Com Créditos do Governo Estadual	221.024.719	0	0	953.992	0	953.992
Auxílio para Obras	0	953.992	0	0	0	953.992
Recursos destinados p/ Aumento de Capital			(46.964.051)	(46.964.051)	371.411.755	371.411.755
Prejuízo do Exercício	0	0	0	0	0	(46.964.051)
Saldos em 31 de dezembro de 2000	1.018.630.817	954.002	(329.729.554)	689.855.265	72.174.665	762.029.930

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999
(em reais)**

	2000	1999
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das Operações		
Prejuízo do Exercício	(46.964.051)	(76.242.522)
Depreciação e Amortizações	12.354.737	15.886.491
Encargos Financeiros	8.555.038	27.992.370
Valor Residual de Baixas do Imobilizado	338.983	0
	(25.715.293)	(32.363.661)
Dos Acionistas		
Ajustes de Exercícios Anteriores	50.878.681	0
Recursos Destinados a Aumento de Capital	293.199.355	51.743.797
	344.078.036	51.743.797
De Terceiros		
Auxílio para Obras	953.992	358.245
Empréstimos e Financiamentos	57.433.949	8.790.638
Outros	0	2.005
	58.387.941	9.150.888
TOTAL DAS ORIGENS	376.750.684	28.531.024
APLICAÇÕES DOS RECURSOS		
Aumento do Realizável Longo Prazo	84.409	15.537
Aquisições de Investimentos	0	0
Aquisições de Imobilizado	74.125.568	37.988.934
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante	14.033.055	162.920.212
TOTAL DAS APLICAÇÕES	88.243.032	200.924.683
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRC. LÍQUIDO	288.507.652	(172.393.659)
REPRESENTADO POR:		
Varição no Ativo Circulante	37.251.756	8.010.330
Varição no Passivo Circulante	(251.255.896)	180.403.989
	288.507.652	(172.393.659)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E DE 1999

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA, é uma sociedade por ações em regime de economia mista, autorizada pela Lei n.º 6.307, de 29 de julho de 1971, tendo como principal objetivo social o planejamento e a execução de abastecimento de água e de sistema de esgotamento sanitário, além do aproveitamento dos recursos hídricos em todo o Estado de Pernambuco. Conta, para esse fim, com um quadro de 3.737 empregados (3.901 em 1999).

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei n.º 6.404/76. A partir de 01 de janeiro de 1996 não mais é previsto, o reconhecimento dos efeitos inflacionários.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para elaboração das demonstrações contábeis foram:

- a) Apuração do Resultado**
As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios.
- b) Aplicações Financeiras**
São investimentos temporários de liquidez imediata, demonstrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
- c) Estoques**
Avaliado ao custo médio de aquisição que não excede aos custos de reposição ou valores líquidos de realização.
- d) Investimentos**
O valor dos investimentos está avaliado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.
- e) Imobilizado**
O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear cujas taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil desses ativos.
- f) Diferido**
O ativo diferido está registrado pelo custo corrigido até 31 de dezembro de 1995. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 20% (vinte por cento) ao ano.
- g) Impostos e Contribuições Sociais**
Os impostos e contribuições sociais vencidos foram atualizados pelos encargos financeiros até a data do Balanço. Os parcelamentos dessas obrigações estão demonstrados pelo valor das parcelas acrescido de encargos legais.
- h) Fornecedores e Empreiteiros**
Estão registrados pelo valor da fatura original, acrescidos pelos encargos financeiros previstos contratualmente.
- i) Empréstimos e Financiamentos**
Estão atualizados pela variação monetária, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até a data do balanço.
- j) Recursos destinados para Aumento de Capital**
Os recursos recebidos com expressa condição de serem aplicados em integralização de futuro aumento do capital Social, são classificados diretamente no Patrimônio Líquido.

4. CONTAS A RECEBER

O saldo desta conta está assim constituído:

	R\$	
	2000	1999
Faturamento de água e Esgotos Sanitários	126.504.339	105.605.658
Prestação de Outros Serviços	22.241.222	19.203.686
Prestação de Contas de água e Esgotos Sanitários	14.259.145	11.391.136
Total	163.004.706	136.200.480

5. IMOBILIZADO

Os saldos são compostos como segue:

	R\$				Taxas Anuais de Depreciação (média)
	2000		1999		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Em Operação					
Abastecimento de água	516.564.841	123.366.431	393.198.410	402.612.812	2%
Esgotos Sanitários	162.634.182	60.889.296	101.744.886	104.447.558	20%
Bens de Uso Geral	54.805.383	40.478.429	14.326.954	12.945.433	10%
Total	734.004.406	224.734.156	209.270.250	520.005.803	
Em Andamento					
Abastecimento de água	233.094.382		233.094.382	163.700.323	
Esgotos Sanitários	25.693.993		25.693.993	22.850.699	
Bens de Uso Geral	541.908		541.908	541.908	
Total	259.330.283		259.330.283	187.092.930	
Total	993.334.689	224.734.156	768.600.533	707.098.733	

As quotas de depreciação do exercício, no valor de R\$ 12.281.784 foram totalmente absorvidas no resultado do exercício.

6. CONTAS A PAGAR

Os saldos são compostos como segue:

	R\$	
	2000	1999
No Circulante:		
Fornecedores e Empreiteiros	12.275.675	13.288.957
Confissão de Dívida	9.239.552	251.238.792
Impostos e Contribuições a Recolher	13.727.338	12.422.656
Serviços Prestados	10.136.969	6.773.752
Contribuições Sociais	5.993.111	20.869.142
Outras Contas a Pagar	2.812.492	2.809.668
Total	54.185.137	307.402.967
No Longo Prazo:		
REFIS	29.395.979	0
Instituto Nacional de Seguro Social - INSS	0	4.888.177
Fundação COMPESA de Previdência - COMPREV	42.030.367	12.683.959
Provisões Diversas	0	5.212.784
Total	71.426.346	22.784.920

Programa de Recuperação Fiscal

Através da Lei 9.964 de 10 de abril de 2000, foi criado o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. De acordo com a citada Lei, as pessoas jurídicas devedoras de impostos e contribuições junto a Receita Federal e ao INSS, com vencimento até 29 de fevereiro de 2000, poderiam optar pelo parcelamento da dívida consolidada, naturalmente desde que fossem de acordo com algumas normas impostas pelo Comitê Gestor do REFIS.

Em 24 de abril de 2000, a empresa formalizou a opção pelo REFIS, para regularizar os débitos junto a Receita Federal e ao INSS. A composição deste débito consolidado é a seguinte:

Imposto	Valor do Principal	Valor dos Encargos	Saldo em 24/04/2000	Valor Compensado	Valor a Pagar
INSS	26.542.609	43.895.976	70.438.585	43.895.976	26.542.609
PASFP	1.845.472	1.850.513	3.695.985	1.850.513	1.845.472
COPINS	9.813.593	9.594.050	19.407.643	5.463.887	13.943.756
Total	38.201.674	55.340.539	93.542.228	51.210.376	42.331.852

A CEPE atesta a autenticidade do presente documento na data de 17/05/2005.

A Companhia fez a opção pela modalidade de parcelamento em 60 meses, sendo os valores remunerados com base na TULP - taxa de juros a longo prazo, que não estão sujeitos ao limite de pagamento com base no percentual do faturamento. Esta opção considerou como item relevante a redução da taxa de juros aplicáveis aos referidos débitos, passando de SELIC, que corrigia os impostos. Os ajustes em função da adesão ao REFIS totalizou R\$ 50.878.681 lançado em conta de Patrimônio Líquido, com ajustes de exercícios anteriores.

O total pago desde a data de opção ao REFIS, em 24 de abril de 2000, até 31 de dezembro de 2000 foi de R\$ 6.571.583.

Ao aderir ao REFIS, a Companhia assumiu a obrigatoriedade de pagamentos regulares dos impostos e contribuições, conforme determinação legal.

CONFISSÃO DE DÍVIDA

A Companhia celebrou em novembro de 2000 um Instrumento Particular de Confissão de Dívida com a Fundação COMPREV DE SEGURIDADE SOCIAL, tendo como interveniente o Banco do Estado de Pernambuco S/A, no montante de R\$ 41.437.504, correspondente ao débito atualizado até outubro/2000, mediante as seguintes condições:

- Prazo de Carência: 12 meses (vencimento da 1ª prestação em 30/11/2001);
- Prazo de Amortização: 120 meses a contar, inclusive, de novembro/2001;
- Taxa de Juros: 0,4867551% ao mês, equivalente a 6% ao ano;
- Atualização Monetária Mensal: INPC do IBGE.

7. FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	2000		1999	
	CIRCULANTE	LONGO PRAZO	CIRCULANTE	LONGO PRAZO
Moeda Nacional	*3.545.493	*48.963.653	2.351.120	44.771.252
Caixa Econômica Federal	**523.312	**64.022	0	941.918
Banco do Nordeste /FINEP	4.068.805	49.027.675	2.351.120	45.713.170

* Financiamentos obtidos junto à Caixa Econômica Federal, destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em Recife e demais cidades do estado de Pernambuco. Incidem juros de 6,5% a.a., vencíveis mensalmente, acrescidos da variação da Unidade Padrão de Referência Diária UPR-D. O vencimento final desses financiamentos está previsto para o ano de 2009.

** A captação dos recursos financeiros junto ao Banco do Nordeste /FINEP, destina-se à elaboração de projetos de saneamento básico, para sistemas públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário em comunidades do estado de Pernambuco. Incidem juros de 10% a.a., mais a variação da TULP com redutor de 6% a.a. e del credere de 2% a.a., mensalmente, com liquidação prevista para o ano de 2002.

8. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

A administração, com base em análise conjunta com os seus consultores jurídicos, constituiu provisão considerada suficiente para fazer face à prováveis desfechos desfavoráveis à Companhia, em andamentos nas instâncias administrativa e judicial, no valor de R\$ 19.365.668.

Existe na esfera judicial, processos movidos pela Prefeitura da Cidade do Recife referente a cobrança do imposto sobre Serviços incidente sobre o faturamento de água e esgoto da Companhia. Estes processos se encontram em fase inicial de discussão na esfera judicial e, por falta de uma legislação que trate sobre a matéria em questão, do ponto de vista doutrinário, esta matéria deverá levar algum tempo para ser apreciada. A Companhia entende que estas ações não devam ser consideradas como contingências judiciais.

9. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL

Referem-se a valores transferidos pelo Governo do Estado de Pernambuco para serem utilizados em futuro aumento de capital na Companhia, conforme determina a Instrução Normativa n.º 125/91, da Secretaria da Fazenda Nacional.

10. AUXÍLIO PARA OBRAS

Representa os recursos recebidos e destinados a investimentos em obras e/ou serviços, aguardando a formalização dos atos legais para a sua integralização ao capital.

11. CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto por ações sem valor nominal assim distribuídas:

Tipo de Ação	Quantidade de Ações 2000	Quantidade de Ações 1999
Ordinárias	23.416.488	16.506.885
Preferenciais	76.443	76.405
Total	23.492.931	16.583.290

As ações preferenciais não têm direito a voto porém gozam de prioridade na distribuição de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, e, em caso de liquidação, no reembolso do capital, sem direito a prêmio, bem como participação sem restrições no aumento do capital decorrente da capitalização de reservas e lucros.

O Governo do Estado de Pernambuco participa com 99,67% (em 31.12.99 era de 99,54%), do capital social da Companhia.

12. PLANO DE APOSENTADORIA

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência e Assistência - COMPREV, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de planos de benefícios complementares, ou assemelhados aos concedidos pelo sistema previdenciário, a seus empregados. Na qualidade de patrocinadora a Companhia, contribuiu até novembro de 2000 com a taxa de 8,39% (oito vírgula trinta e nove por cento) da folha de remuneração de todos os empregados, sendo 2,5% (dois vírgula cinco por cento) correspondente a contribuição amortizante e 5,89% (cinco vírgula oitenta e nove por cento) correspondente a contribuição normal. Com a implantação da Emenda Constitucional n.º 20/98, a Companhia passou, em dezembro de 2000 a contribuir com a taxa de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) correspondente a contribuição amortizante e a contribuição normal passou a ser igual ao valor das contribuições recolhidas pelos participantes ativos e assistidos.

13. RECEITAS E DESPESAS NÃO OPERACIONAL

Compõem-se de:

	R\$	
	2000	1999
Receitas		
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	9.266.734	7.747.935
Indenizações e Ressarcimentos de Despesas	908.497	846.238
Outras Receitas	313.273	189.888
Total	10.488.504	8.784.061
Despesas		
Perdas Eventuais/Extraordinárias	8.587.285	8.649.965
Funcionários a Disposição de Outros Órgãos	3.108.710	4.158.675
Custo de Bens/Materiais	0	1.748
Baixados		
Outras Despesas	3.443.709	155.338
Total	15.139.704	12.965.726

14. PREJUÍZOS FISCAIS E BASES NEGATIVAS DA CSLL

O saldo de R\$ 449.705.372, correspondente a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social foi amortizado em R\$ 50.878.681 quanto da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal. A Companhia abdicou o direito de compensação do valor remanescente de R\$ 398.826.692, conforme Legislação do REFIS.

15. CONTINGÊNCIAS FISCAIS

A declaração de imposto de renda e demais encargos tributários resultantes das operações da Companhia, estão sujeitas a exames por parte das autoridades fiscais, dentro dos prazos prescricionais.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA, infra-assinados, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2000, como também o Relatório e Parecer da empresa de auditoria FERREIRA & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/A, concluindo que, embora procedam as ressalvas constantes nas peças acima citadas, as Demonstrações em exame podem ser aprovadas pelos acionistas.

Recife, 17 de abril de 2001

Economista Carlos Roberto Dutra Penante
CIC - 033.546.607-91
Advogado José Lamartine Távora
CIC - 000.518.374-04
Engenheiro Fernando Lins de Albuquerque
CIC - 344.853.414-53

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA

- Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA levantado em 31 de dezembro de 2000 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Exceto, quanto aos fatos descritos nos parágrafos 3, nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendemos entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da empresa, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Os atuais controles internos sobre os bens integrantes do Ativo Imobilizado não nos permitiram a aplicação de todos os procedimentos de auditoria necessários nas circunstâncias. A existência de diversas obras concluídas e não transferidas para o imobilizado em serviço, vem ocasionando reflexos contábeis como o não reconhecimento de quotas de depreciação e provisão para perdas, no caso de materiais e equipamentos obsoletos ou desgastados.
- Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descrito nos parágrafo 3, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA em 31 de dezembro de 2000, o resultado das suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos do exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade emanados da legislação societária.
- As demonstrações contábeis referentes ao exercício de 1999, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas e ressalvadas pelo fato descrito no parágrafo 3 e também em relação a precariedade dos controles internos mantidos na conciliação da conta de arrecadação do Banco do Brasil cujas pendências foram regularizadas no exercício e aperfeiçoados os respectivos controles.
- A Companhia vem apresentando prejuízos relevantes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2000 e 1999, afetando o seu Patrimônio Líquido, ficando evidente a carência de recuperação na lucratividade e/ou ingresso de capital sob a forma de integralização. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2000 foram elaboradas considerando a normalidade das operações de empresa operando em regime de continuidade. Consequentemente, essas demonstrações não contemplam os ajustes que poderiam vir a ser necessários se a empresa tivesse que realizar seus ativos e liquidar seus passivos, caso não pudesse continuar suas operações.
- Conforme mencionado na Nota 9, existe processos movidos contra a Companhia decorrentes de cobrança relativas ao Imposto Sobre Serviços incidente sobre suas atividades. Estes processos, encontram-se em fase inicial de discussão judicial e deverão levar algum tempo para apreciação, por falta de matéria jurídica que regulamente a questão. A Companhia entende que estas ações não devem ser consideradas como contingências judiciais.

Recife, 04 de abril de 2001.

FERREIRA & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/C
CRC - PE N.º: 365
AGUIBALDO FERREIRA DA SILVA
Contador CRC-PE N.º: 11.565
VALDIRENE ANDRADE CINTRA
Contadora CRC PE 13.620

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPESA

FERNANDO ANTONIO CAMINHA DUEIRE
CPF/MF 193.643.694-91
GUSTAVO DA MATA PONTUAL SAMPAIO
CPF/MF 103.344.084-15
MAURICIO DOMINGUES COUTINHO
CPF/MF 000.661.764-68
DEZINÁRIO ALVES DA SILVA
CPF/MF 012.900.534-72
ROBERTO CHAVES PANDOLFI
CPF/MF 104.180.244-72
JOSÉ CARLOS DIAS E FREITAS
CPF/MF 002.417.174-34

DIRETORIA DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA

GUSTAVO DA MATA PONTUAL SAMPAIO
Diretor Presidente CPF/MF 103.344.084-15
FREDERICO DO REGO MACIEL NETO
Diretor de Gestão CPF 070.456.204-96
FERNANDO DE CASTRO LOBO JUNIOR
Diretor de Operações CPF/MF 327.860.344-34
ALVARO JOSÉ MENEZES DA COSTA
Diretor Técnico CPF 140.115.494-87
EUGÊNIO MANOEL DO NASCIMENTO
Diretor Comercial CPF 148.883.944-15
NIVALDO JUSTINO DE LIMA
Gerência Econômica CPF 080.904.834-53
ADILSON RAMOS DA SILVA
Contador CRC 015922-PE CPF 686.144.544-49